

Governo desregulamenta a economia

Foto de Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O Governo baixou ontem um extenso pacote de desregulamentação da economia, com 36 medidas na área dos Ministérios da Economia e da Infra-Estrutura e uma na Saúde. As medidas vão simplificar a vida do brasileiro, como, por exemplo, na área do Imposto de Renda, com a volta do abatimento integral dos gastos com saúde, que até agora estava limitado a 5% da renda bruta. Isso significa que estará de volta, depois de dois anos, a restituição do IR, no caso de grandes gastos com saúde. Além disso, serão simplificados os formulários de declaração de renda.

As medidas atacam o excesso de burocracia e exigências ridículas, como uma que só permitia o transporte ferroviário de bois e vacas depois que seus donos cortassem as unhas dos animais. Foram ainda atingidos alguns cartórios, como os intermediários para venda de produtos fabricados pelas siderúrgicas do Governo. Agora, qualquer consumidor terá direito de comprar diretamente das empresas. Os intermediários sempre foram apadrinhados de quem esteve no Governo nos últimos 20 anos. Caíram por terra também exigências que nunca tiveram sentido, como a autorização que tinha de ser obtida do extinto Conselho Nacional do Petróleo (substituído pelo Departamento Nacional de Combustíveis), para quem quisesse lidar com asfalto. As medidas mais importantes não começam a vigorar de

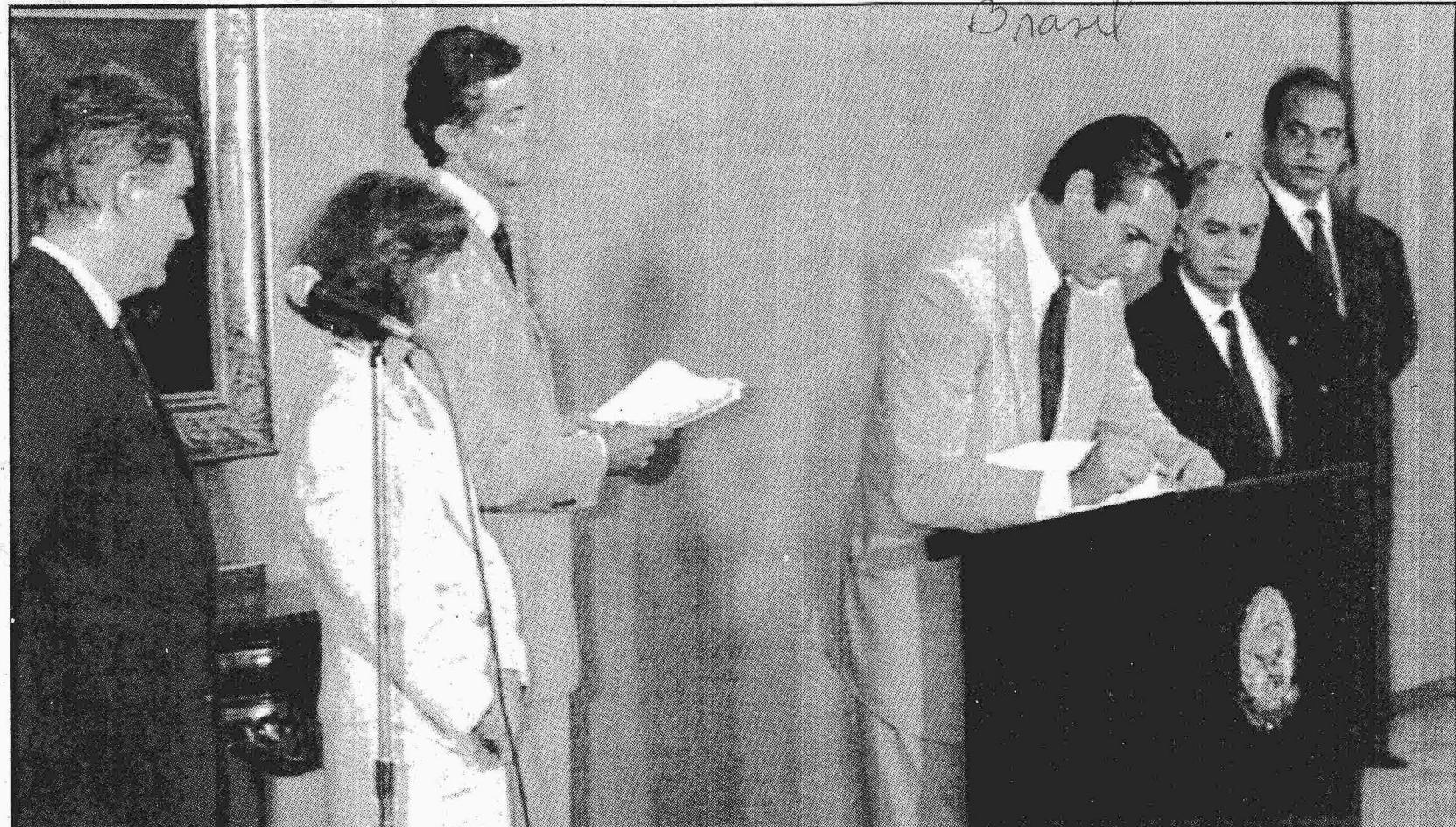
imediato. O abatimento integral dos gastos com saúde do IR e a simplificação do formulário, por exemplo, só terão efeito na declaração de 1991.

Também em 30 dias os usuários de cheques não precisarão mais escrever os centavos por extenso, sendo suficiente a referência do valor numérico. O Governo pretende dar continuidade ao programa de desregulamentação no decorrer do ano, com ajustes na legislação sempre que possível.

Segundo o Secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, com o programa de desregulamentação, o Governo manda um recado à sociedade: "Estamos acreditando no mercado." Para Kandir, antes do Governo Collor havia um alto grau de intervenção do Estado na economia, nocivo ao desenvolvimento do País:

— Havia uma crise do padrão financeiro e de intervenção do Estado na economia. Por essa razão chegou-se ao programa de modernização, que combina seis outros processos.

São eles a abertura de mercado, o estímulo a entrada do capital estrangeiro, o processo de privatização, a lei de defesa da livre concorrência e o programa de capacitação tecnológica, o único que ainda não foi anunciado pelo Governo, o que deverá ocorrer nos próximos dias. Com esse conjunto de medidas o Governo espera chegar ao fim do ano com uma economia mais ágil e moderna.



Presidente Collor de Mello assina medidas de desregulamentação da economia observado por Alceni Guerra (à esquerda), Zélia, Ozires e João Santana